

A EDUCAÇÃO VOLTOU? A CONAEE 2024 E OS EMBATES EM DEFESA DA ESFERA PÚBLICA

Maria da Conceição Calmon Arruda
Fiocruz-Icict/UERJ-FFP
conceicaoarruda2010@hotmail.com
Lucília Augusta Lino
UERJ-EDU
prof.lucilia.uerj@gmail.com

INTRODUÇÃO

A realização da Conferência Nacional de Educação Extraordinária - CONAEE 2024 - representou a retomada oficial de um espaço de discussão e proposição de políticas educacionais, visando a elaboração coletiva do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2024-2034. A proposta, sistematizada no Documento Final da CONAEE 2024, materializa os anseios da sociedade civil organizada, sendo encaminhada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) ao MEC, para elaboração do PNE 2024-2034.

A etapa nacional da CONAEE 2024, realizada em Brasília, em janeiro de 2024, mobilizou cerca de 2 mil delegados, que em um amplo e democrático processo de debate em torno do documento-base da CONAEE 2024, refletiram sobre os avanços e impasses da educação nacional, propondo coletivamente metas e estratégias para o novo PNE.

A partir de 2016, duas medidas restringiram a participação das entidades e movimentos sociais vinculados ao campo da educação no FNE e no Conselho Nacional de Educação – CNE, descaracterizando a pluralidade da representatividade social destes colegiados. Assim, as entidades foram alijadas do debate sobre os rumos da educação sob a falsa premissa de que o campo da educação estava tomado por uma ideologia de esquerda. Nesse movimento, que Freitas (2018) denomina de reforma empresarial da educação, se acentuam os processos de padronização, centralização e controle, e o favorecimento dos interesses da esfera privada, com a imposição de propostas alinhadas ao ideário neoliberal, como o Novo Ensino Médio, a BNCC e as Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Os participantes da CONAEE 2024, com o brado “A educação voltou” manifestam a euforia com a retomada do debate democrático e participativo e o compromisso com a educação pública gratuita, ao mesmo tempo em que reivindicam do MEC a revogação de medidas consideradas um retrocesso no campo educacional.

Este trabalho se propõe a analisar alguns destes embates, em especial, os que caracterizam a resistência e o repúdio aos processos de privatização da educação e de apropriação da esfera pública por organismos privados, acentuados a partir do golpe de 2016, e manifestos nas palavras de ordem “Fora Lemann”, durante a fala do Ministro da Educação, Camilo Santana, na presença do presidente da República, que prestigiaram o evento. Mais do que uma oposição a um grupo específico, esse brado sinaliza a rejeição à atuação de institutos e fundações privadas e/ou de seus representantes não só no MEC, como em diversos órgãos estaduais e municipais de educação, e manifesta a preocupação com a crescente disputa do fundo público pelo setor privado.

DESENVOLVIMENTO

Capitaneando o processo de intervenção privada na esfera pública, ao longo das últimas décadas, neoconservadores e neoliberais vem se organizando em fundações e *think tanks*, subsidiados e financiados por corporações privadas que disputam a gestão e o delineamento de políticas públicas com o Estado, em especial no campo da educação. Segundo Moll (2015, p. 4) “essas ideias chegaram rapidamente ao Brasil por meio de canais políticos, intelectuais e midiáticos transnacionais”, que divulgam sua visão de mundo.

O interesse na educação acirra a disputa pelo controle da gestão da escola pública, tendo em vista que com a velocidade das transformações do capitalismo hodierno, ela é considerada central para a manutenção da sua hegemonia. Com a ampliação do direito à educação para todos, assim como da demanda e oferta da escolarização, a contenda passa tanto pelos recursos públicos, quanto pela concepção de políticas de educação norteadas pela naturalização da desigualdade social e da verticalização próprias do sistema capitalista. Dentro dessa lógica, o debate acerca de políticas públicas associadas a direitos sociais representa um espaço para que instituições vinculadas ao capital passem a disputar não só o fundo público, como a narrativa ideológica, o que tem sido denunciado pelas entidades e movimentos sociais e objeto de preocupação e debate na CONAEE 2024.

Nas últimas décadas, o empresariado passa a assumir um papel central na definição de políticas públicas de educação, em um processo que transcende a clássica parceria público-privada, já que se organizam de maneira a colocar, atores sociais formados por eles ou que já ocuparam postos-chaves em suas organizações, na gestão pública. Estes,

atuam, a um só tempo, como sujeito individual e coletivo na afirmação da sociabilidade e dos valores do capital.

Ao atual estágio do capital não basta a hegemonização da sociedade, se faz necessário a afirmação da subjetividade de seu projeto societário. A educação básica e a formação de professores têm centralidade neste projeto, daí o clamor na CONAAE 2024, pela revogação das normativas impostas a partir de 2016, como o NEM, a BNCC e as BNC da Formação de professores.

O movimento Todos pela Educação (TPE), criado em 2003, congrega diversas fundações privadas, ampliando seu espectro e influência na proposição de políticas educacionais. Dentre estas, destacamos a Fundação Lemann, que segundo Kossak e Vieira (2022), teve participação ativa no Congresso Nacional para que se efetivassem mudanças no Ensino Médio e para a adoção da BNCC. Brito e Marins (2020) chamam a atenção para a relação entre a Fundação Lemann e o Instituto Gestão Educacional (IGE), que tem como norte a atuação e a disseminação de uma noção de gestão educacional afinada com características da Nova Gestão Pública, que vêm favorecendo a publicização da cultura empresarial e a disputa do fundo público.

Esses institutos e fundações privadas não são uma exclusividade brasileira, mas integram e participam de redes transnacionais que têm entre seus objetivos disseminar princípios e valores caros ao sistema capitalista e intervir de forma intensa nas políticas públicas de educação, mesmo nos governos progressistas, eleitos nos anos 2000, na América Latina, devido à crise do neoliberalismo. Gorostiaga (2020) destaca que embora os governos progressistas também terem adotado políticas alinhadas com o ideário neoliberal, houve uma conjugação com políticas sociais que visavam a melhoria do bem-estar coletivo, o que se traduziu em diminuição da pobreza na região e na valorização do direito à educação. No entanto, a lógica neoliberal permeou a concepção/reorganização dos sistemas de ensino, com a adoção de parcerias público privadas, testes padronizados e o “protagonismo de actores no estatales en la implementación de algunas políticas educativas” (Gorostiaga, 2020, p. 8).

Gorostiaga (2020) afirma que a regulação da educação sob a lógica do capital se reproduz de maneira difusa, sob a forma de relatórios e recomendações, apresentados em fóruns internacionais, e esta articulação se materializa através de organismos e redes

transnacionais. E mesmo agências de fomento distintas, se alinham na difusão de temas de interesse do sistema capital, em especial no campo da educação.

CONSIDERAÇÕES

Assim, desconsiderando as diferenças regionais e as desiguais condições socioeconômicas, busca-se uniformizar o padrão de eficácia escolar, com a adoção de testes e modelos de avaliação utilizados nos países centrais, em um movimento de regulação transnacional, que impõem uma reforma educacional atrelada a concessão de investimentos. Para Gorostiaga (2020, p. 6) esse movimento reformista global aprofunda o individualismo e no limite leva ao questionamento do “carácter público y colectivo de la educación”.

Questões como diversidade, desigualdade, diferenças, caras aos participantes da CONAEE 2024, não encontram espaço em um modelo que se orienta pela uniformização. O Documento Final da CONAEE 2024 reafirmou o posicionamento em defesa da esfera pública, da gestão pública da educação básica e da formação de professores e de recursos públicos exclusivamente para escolas públicas, se opondo à progressiva intervenção dos organismos privados nas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRITO, S.H.A. de; MARINS, G.A.M. de B. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, v. 36, e77558, dez. 2020.

FREITAS, L.C. de. **A reforma empresarial da educação** – nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

GOROSTIAGA, J.M. ¿Hacia la regulación postburocrática de los sistemas educativos latinoamericanos? Un análisis del discurso de los organismos multilaterales de la región en el período 2012-2018. **Educar em Revista**, v. 36, e69769, fev. 2020.

KOSSAK, A., VIEIRA, N.B. A atuação do empresariado no novo ensino médio. **Trabalho necessário**, v. 20, nº 42, 2022.

MOLL, R. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015.